

## **Livro Fé e Política**

### **PREFÁCIO**

Paulo Vannuchi

Devo à querida amiga Bel a delícia de escrever meu testemunho neste livro que conta a história de um povo. Devo a ela, Dalila e Wagner a honra de fazer isso como prefácio.

Relutei porque não achava justo. Afinal de contas, eu só estive algumas poucas vezes em reuniões na Paróquia de Todos os Santos, Jardim Santa Emília, final dos 1970, início dos 1980, a convite do padre Jaime Crowe, ícone irlandês dos Direitos Humanos em São Paulo.

Ícone é pouco para falar desse sacerdote católico. Merece ser comparado a uma daquelas gigantescas rochas misteriosamente erguidas no Sul da Inglaterra, em tempos imemoriais, onde os antepassados celtas desse padre apóstolo, que se fez brasileiro, celebravam rituais.

A escultura talhada por esse James que virou Jaime aparece cravejada com luminosas pedras nos preciosos depoimentos deste livro. Espetáculo histórico de afirmação da fé cristã sob a forma de luta, perseverança e resistência. Pura obra de arte o milagre em que uma comunidade absolutamente carente se torna cidadã, aproveitando o sopro profético que representou, em seu tempo, a coragem de Paulo Evaristo.

Tudo se passou na periferia pobre de uma cidade hoje chamada Embu das Artes, cortada por rodovias monumentais como a Regis Bittencourt e o Rodoanel Mário Covas, que envolve a maior capital brasileira. Cidade que é também dos brasileiros que chegaram de Minas Gerais, do Nordeste, do Sul e do Norte. Cidade também de sangue africano, como aquele correndo nas veias de Solano Trindade.

Quem tomar esse rumo sul da capital paulista, poderá ler, logo depois do Taboão, as placas de trânsito indicando, à direita, a área central do município de 270 mil habitantes. Cheio de turistas nos domingos, atraídos pela feira de artesanato ou pelos bons restaurantes. Mas pouco saberá da gigantesca massa

humana que vive e luta do lado esquerdo, em ligação direta com o bairro paulistano Capão Redondo, hoje estação terminal do Metrô.

Os depoimentos deste livro - pude saborear gostosamente – registram uma epopeia de dignidade. Ali as Comunidades Eclesiais de Base/CEBs compuseram uma argila de solidariedade humana que planejou mobilizações, organizou as mães, exigiu creches, clamou pelo direito à terra e moradia, conquistou escolas, combateu o desemprego, melhorou os miseráveis transportes públicos, protestou por equipamentos de Saúde, lutou para alterar todo o cenário. E como se tudo isso não bastasse, organizou militância política e partidária, disputando eleições com vitórias importantes. Construiu novos mecanismos de poder popular e conseguiu administrar o município com avanços palpáveis.

Seguindo o tom coloquial dos depoimentos aqui reunidos, devo contar como cheguei lá, ou como passei por lá. Mas, antes disso, cabe evocar as origens mais remotas.

Mesmo quando guiamos um carro devagar, nosso pensamento voa. Dirigindo um fusca, em 1978, pela avenida principal que levava até à Comunidade da Vila Remo, estrada já asfaltada, mas ainda sem calçadas e sarjetas, me perguntei a respeito daquele estranho nome M'Boi Mirim. Reparei na semelhança de som com Embu, que eu já conhecia de nome, mas só viveria de perto no Jardim Santa Emília, pouco tempo depois.

Teriam as duas palavras o mesmo sentido? Algo a ver com o significado de cobra ou rio das cobras? Aquele território teria sido antes a morada e ambiente sagrado de um povo Tupiniquim? Que destino teve esse povo originário com a chegada dos colonizadores e da expansão capitalista? Por que teriam parado ali os jesuítas, em 1554, mesmo ano em que Anchieta e Manoel da Nóbrega plantaram no Pátio do Colégio uma semente que germinou e hoje aglomera 12 milhões de vidas humanas?

Esse passado fabuloso não está relatado de forma ampla nos depoimentos do livro. Mas consigo apostar que ele sempre esteve presente na atmosfera mágica envolvendo as reuniões de pessoas simples, em torno do Evangelho, que conseguiram se converter em donas de sua própria história. Luzes que vinham de muito longe e se tornavam raízes, adubadas pelo sangue

da resistência, a encorajar e fortalecer o impulso espiritual conferido pelo padre Jaime, sob inspiração de Paulo Evaristo, Cardeal Arns.

Ouso imaginar que a energia xamânica dos tupiniquins exterminados se fundia nessa corrente magnética com o martírio e saga heroica dos filhos de Zumbi dos Palmares, gigante negro que, lá de longe, pode ter sido o responsável pelo envio de Solano Trindade para fixar residência no Embu durante dez anos.

Nascido no Recife em 1908, o poeta, pintor, ator, teatrólogo, cantador dos orixás, militante comunista e lutador da igualdade racial Solano Trindade, pode ser evocado pelo belíssimo poema que, neste Brasil de 2021, cercado pela Covid e pelos fascistas que assaltaram o poder, artistas engajados como Gilberto Gil, Emicida e Camila Pitanga acabam de declamar num vídeo que convoca todo mundo para ações de solidariedade, onde ninguém deve soltar a mão de ninguém:

“Trem sujo da Leopoldina correndo, correndo, parece dizer

Tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome.

Piiiiiiiiííí !

Estação de Caxias, de novo a dizer, de novo a correr

Tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome.

Vigário Geral, Lucas, Cordovil, Brás de Pina, Penha Circular, Estação de Penha,

Olaria, Ramos, Bom Sucesso, Carlos Chagas, Triagem, Mauá.

Trem sujo da Leopoldina parece dizer

Tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome

Tantas caras tristes querendo chegar em algum distrito, em algum lugar

Trem sujo da Leopoldina correndo, correndo, parece dizer

Tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome

Só nas estações, quando vai parando lentamente, começa a dizer

Se tem gente com fome, dá de comer!

Mas o freio de ar, todo autoritário, manda o trem calar:

Psssssiu.!”

A mistura histórica entre divindades tão díspares como Tupã e Mayra, Oxalá e Xangô, Javé e Jesus – bem entrosados no inconsciente popular do Brasil

– só teria mais espaço para avançar com a chegada de um outro sopro milagroso, chamado Teologia da Libertação. Ela concretizou, em Nuestra América, a renovação católica convocada por João 23, precursor de Francisco.

De minhas leituras na cadeia, guardo até hoje um trecho da proclamação de Medellín, 1968, quando os bispos latino-americanos se reuniram naquela cidade colombiana: “Não basta refletir, obter maior clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da Palavra, mas tornou-se com dramática urgência a hora da ação”.

Embu e as pessoas da Paróquia Todos os Santos entraram em meu coração quando eu já ia completando 30 anos de uma vida intensamente vivida. Cinco desses anos nas prisões da ditadura. Dias insuportáveis de torturas, seguidos de incertezas cruéis, ameaças, sustos, medos controlados, mas sempre presentes. A dor maior de saber que nossa opção militante trouxe tanta dor a nossas famílias.

Outra tortura, prolongada nos anos que se seguiram ao pau-de-arara, aos afogamentos e à cadeira-do-dragão, foi receber a notícia, a cada mês, do assassinato de toda uma geração de jovens, como eu, que se atirou com tudo na luta pela liberdade. Liberdade, “essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique, e ninguém que não a entenda”, como ensinam os belos versos de Cecília Meireles exaltando o mártir da Inconfidência.

Entre os mortos sob torturas, algumas pessoas queridas, muito próximas. Meu primo-irmão Alexandre Vannucchi Leme, nascido em 1950 como eu; meus colegas Cabral e Gelson, companheiros no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina, em 1969 e 1970; meu presidente da UNE, Honestino Guimarães; Frei Tito, que vi no Presídio Tiradentes, o padre Henrique Pereira Neto, braço direito de Dom Helder.

Nas prisões, que conheci aos 20 anos, quando iria começar o terceiro ano, acabei completando o que foi, na verdade, minha primeira faculdade. Paulo Freire já tinha batizado esse curso muito especial com o nome Escola Chamada Vida. Cuidei de perguntar bastante, escutar, sugar toda a vivência e os aprendizados de pessoas de todas as lutas, de todos os brasis, de longas jornadas e muitas batalhas.

Importa em especial, para este livro, minha convivência no Presídio Tiradentes com Frei Betto, o dominicano que tinha colaborado com Marighella e,

depois de solto, tornou-se provavelmente o mais dedicado formulador e organizador das Comunidades de Base pelo vasto território brasileiro.

Saindo da cadeia uns dois anos depois dele, aproveitei a primeira chance, ainda em liberdade condicional, para visitá-lo no barraco inesquecível de Vitória, no Espírito Santo, onde Dom Luís Fernandes protegeu e incentivou as primeiras articulações mais amplas das CEBs. Tratava-se de uma transição revolucionária, focalizada com excelência por Dalila aqui no livro, de uma Igreja antes concebida unicamente como Corpo Místico, para uma Igreja que se tornava Povo de Deus.

Betto, nascido de uma família abastada de Belo Horizonte, vivia numa casinha de madeira, imerso entre a população pobre, ao lado do cartunista mineiro Fabiano e da religiosa cearense Dulce Freire, irmã do homem de teatro Aderbal Freire. Conversamos sobre a possibilidade de juntar nossos caminhos mais uma vez. Confesso que a vista do mar, lá do alto do morro, era tão fascinante quanto o aroma que esse frade cozinheiro fazia exalar da moqueca de cação que ia preparando no fogo. Os capixabas não abrem mão: se é moqueca, é capixaba. Se é baiana, então é peixada. Moqueca é coisa nossa. Os vizinhos baianos só fizeram copiar.

Que nova militância conjunta com Betto seria essa?

Para obter a liberdade condicional, eu tive de apresentar em sete dias uma comprovação de emprego, além de acatar absurdas regras que ainda hoje guardo num papel envelhecido, intitulado “Salvo-Conduto”. Está escrito ali: não frequentar bares, não dar aulas, comparecer toda semana para assinar um livro na Auditoria Militar da Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, todas as restrições que se possa imaginar.

Que medo eles tinham de nós!

Teria sido impossível obter esse emprego sem a ajuda da mesma Igreja de Dom Paulo, naquele fevereiro de 1976, semanas após o assassinato sob torturas do metalúrgico Manoel Fiel Filho e quatro meses depois de Vladimir Herzog, ambos no mesmo Doi-Codi onde já havia deixado seu rastro de sangue o coronel Ustra, proclamado herói e marechal por Bolsonaro e por seus generais.

Implantando organismos como a Comissão Justiça e Paz e a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos, apoiando os refugiados das ditaduras no Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile através do Clamor, visitando presos

políticos e denunciando corajosamente as torturas, Dom Paulo havia inspirado a multiplicação de grupos de solidariedade em apoio aos perseguidos pelo regime.

Nosso advogado Luiz Eduardo Greenhalgh era expoente em várias dessas articulações sigilosas, destacando-se entre seus participantes a Madre Cristina Sodré Dória e a educadora Maria Nilde Mascellani, no Instituto Sedes Sapientiae. Suas reuniões ocorriam na velha sede da rua Caio Prado, onde, durante décadas, as Cônegas de Santo Agostinho mantiveram uma escola por onde passava a juventude feminina das famílias da elite. Essa rua é continuação da Maria Antônia, onde ficava a Filosofia da USP, ocupada pelos estudantes em 1968, meu primeiro espaço de militância aqui na cidade grande, recém-chegado do interior.

Pouco tempo depois, o Sedes Sapientiae teria nova sede no bairro de Perdizes, perto da PUC. Ali Madre Cristina abrigaria vários núcleos de atuação semiclandestina, como era então a Direção Nacional do MST, ou completamente clandestina, como foi o Projeto Brasil Nunca Mais, primeiro inventário sobre as torturas durante a ditadura, sob responsabilidade maior de Dom Paulo e de seu braço direito, reverendo Jaime Wright. Esse pastor presbiteriano – tão James como nosso Crowe – era irmão do ex-deputado catarinense, Paulo Wright, considerado desaparecido político, mas que se sabe ter sido preso e eliminado, em 1973, no mesmo Doi-Codi comandado por Ustra.

O Brasil ainda não ganhou os livros e filmes que precisam resgatar a importância histórica dessas duas mulheres notáveis, que nunca hesitaram em desafiar o poder truculento. Maria Nilde – criadora de um inovador Ensino Vocacional no Estado de São Paulo – chegou a ser presa e torturada em 1974, ao lado do metalúrgico Valdemar Rossi e do jornalista Dermi Azevedo.

Da Madre Cristina, aproveito para contar um episódio de coragem espantosa, que me ajudou a superar uma parte dos temores e traumas que sempre envolvem as pessoas levadas aos porões de todas as ditaduras. Para inaugurar o novo prédio, na rua Ministro Godoy, perto da PUC, foram planejadas três conferências em série. Todas no mesmo auditório que ainda hoje é palco de permanentes atos e seminários em defesa dos direitos humanos e da democracia. Não esqueço que, a pedido da Madre, subi numa dessas escadas domésticas para ajudar os funcionários a fixarem na parede o belo crucifixo metálico que lá permanece.

A cena de coragem aconteceu na palestra do bispo de Bauru, Cândido Padim, sobre o tema que ele vinha trabalhando como ninguém naquele tempo: “A Doutrina de Segurança Nacional à luz da Doutrina Social da Igreja”. Minutos antes de começar a palestra, auditório de 130 cadeiras quase lotado, sinto um choque fortíssimo ao reconhecer, sentados na quarta fileira, dois dos mais sanguinários torturadores do Doi-Codi, que felizmente não me reconheceram.

Eram o escrivão de polícia, Lourival Gaeta, que usava o codinome Mangabeira, e Pedro Mira Grancieri, que possuía uma tatuagem com âncora no braço e usava os nomes Pedro Ramiro ou Tenente. Este último chegou a ser capa de uma revista semanal paulista, onde era apontado como o responsável mais direto pelas torturas que mataram o jornalista Vladimir Herzog.

Contei imediatamente para Madre Cristina, apontando os dois e sugerindo que talvez fosse mais prudente cancelar a palestra. Atônito, acompanhei a serenidade daquela religiosa, 60 anos ou mais, descendo devagar as escadas até chegar na frente dos dois e realizar, para mim, um verdadeiro milagre: “você são torturadores e se coloquem daqui pra fora imediatamente”, com o dedo chegando perto do nariz de cada um. Trocaram olhares aturridos entre si, se levantaram e foram embora. Foi imensa a minha alegria de reconhecer que as coisas tinham mudado.

Esse núcleo de solidariedade, coordenado por Greenhalgh, não apenas conseguiu obter a prova de emprego exigida pela Auditoria Militar, como abriu também as portas do Sedes para que eu integrasse um grupo de Educação Popular idealizado por Maria Nilde. Entre seus alunos e colaboradores mais próximos, despontavam Pedro Pontual e Paulo Maldos, ambos com larga trajetória em Direitos Humanos daí para frente. O primeiro nome desse centro foi 17 de março, data em que Alexandre tinha sido morto sob torturas em 1973. Mas passaria a se chamar Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis).

Essa equipe incorporou jovens de distintas áreas de conhecimento e pessoas que tinham saído das prisões, como Betto e eu. Valeu como mescla de experiências e enfoques buscando uma síntese difícil e muito singular. Da cadeia trazíamos a visão autocrítica de que nossa militância clandestina tinha incorrido em desvios vanguardistas, afastando-se muito do verdadeiro grau de consciência política do povão. Mas ainda era bem forte em nós a ideia leninista

de que o trabalhador não consegue chegar espontaneamente a uma consciência revolucionária. De Paulo Freire – nome que simboliza como ninguém a chamada Educação Popular – colhíamos uma visão oposta: só pode ser considerada revolucionária a consciência que brota junto às camadas populares.

Se a Igreja de Paulo Evaristo era a mesma de minha infância na querida São Joaquim da Barra, era inegável sua modernização. Desde criança, recebi dela a primeira sensibilidade frente aos mais pobres, os primeiros ideais de justiça, uma primeira iluminação com os preceitos da solidariedade e sobre o reconhecimento do outro (do próximo) como parte de mim mesmo.

Meu pai se instalou na cidade em janeiro de 1950, já com dois filhos pequenos e eu na barriga de minha mãe. Vinha de Sorocaba para ser professor de Português no colégio estadual. As famílias de meus pais já tinham atravessado situações bastante difíceis. Ele decidiu se casar e prestou concurso para professor após onze anos num seminário claretiano, mesma congregação que ordenou, na Catalunha, o nosso Santo Casaldaliga do Araguaia.

Lembrar minha mãe também me enche de orgulho, entre muitas outras coisas, pelo período em que foi operária de fábrica, naquela cidade, tida então como principal centro têxtil do país, e por isso apelidada Manchester Paulista, referência ao poderio industrial da cidade inglesa onde viveu durante a juventude Friederich Engels, parceiro inseparável de Marx na formulação da mais consistente proposta socialista.

Vejo hoje meu pai como um padre casado. A missa ainda era em Latim. Todo domingo, na celebração das 6 da tarde, ele ia traduzindo para o Português, pelas ondas sonoras da Rádio ZYK-4, que alcançavam as populosas fazendas de café, com seu timbre de grande orador e declamador, além de poeta. Meu irmão Zé Ivo e eu éramos os coroinhas mais disciplinados para ajudar os dois padres italianos nas celebrações. Os únicos dispostos a saltar da cama para ajudar a missa das 6 da manhã, todo santo dia, ainda em jejum para podermos comungar.

Em meados dos anos 60, meu pai chegou a reunir alguns de seus alunos, incluindo os filhos, para criar na cidade a Juventude Estudantil Católica (JEC). Mas o projeto não seguiu adiante, talvez pelo clima repressivo instalado no país. Já nos primeiros dias de abril de 1964, nossa família tinha passado por um sobressalto. Ouvimos nossos pais cochicharem que Tio Aldo tinha sido preso.

Nosso querido tio padre tinha sido detido em Sorocaba. Por ser comunista, conforme a polícia.

Como assim? Padre comunista? Eu tinha 13 anos e aquilo funcionou em minha cabeça como um despertar para a existência de mentiras dominantes. Mais tarde, na cadeia, não foram poucos os companheiros de cela que contaram ter horror ao comunismo na infância e no começo da juventude, como eu. Muitos de nós tínhamos até chorado quando o presidente norte-americano, John Kennedy, foi assassinado em Dallas, no Texas, em 1962.

Nosso tio ficou preso apenas um dia, ou coisa assim. Era vigário na Paróquia São José Operário, professor no seminário diocesano e organizador da Juventude Operária Católica (JOC). Nove anos depois, coube ao Tio Aldo dar o primeiro grito denunciando o assassinato de Alexandre, seu sobrinho predileto. Passou a ser novamente perseguido, sendo aconselhado a exilar-se em Genebra, na Suíça, onde trabalhou com Paulo Freire e desempenhou tarefas de representação da CNBB. Terminou se casando e passou o resto da vida, até hoje, agindo como verdadeiro padre casado, fundador principal da Universidade de Sorocaba/Uniso, cujo campus foi batizado recentemente com seu nome.

O grupo de Educação Popular liderado por Maria Nilde e reforçado com a colaboração permanente de Frei Betto, que ainda seguiria residindo em Vitória, idealizou então um curso de formação sobre Fé e Política para comunidades de base. Em geral, uma sequência de 10 encontros, nos finais de semana, para 50 e até 100 lideranças mais engajadas.

Esse programa de formação foi desenvolvido em Itaquera e Itaim Paulista, na Zona Leste, onde era bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino; na Vila Remo, ao lado da Estrada do M'Boi Mirim, onde convivemos com o padre Luís Giuliani e com Santo Dias da Silva, da Pastoral Operária e da Oposição Metalúrgica, assassinado pela PM paulista em 30 de outubro de 1979, quando participava de uma greve legítima e absolutamente pacífica; também na Cidade Dutra; no Jaguaré do padre canadense Roberto Grandmaison; no Jardim Zaíra, em Mauá, onde havia atuado clandestinamente Betinho, da campanha contra a fome, o famoso irmão do Henfil daquela música cantada por Elis Regina, de João Bosco e Aldir Blanc.

O curso incluía formação bíblica, sempre a cargo do Frei Betto, noções básicas de Economia, de Sociologia, Planejamento e Educação Política. Sempre

priorizando a pedagogia de Paulo Freire, que recomenda a formação de círculos onde todos se olham e conversam, momentos de trabalho em pequenos grupos, estímulo a que todos participem ativamente.

Nas eleições de 1978, quando a ditadura já não tinha forças para reprimir a crescente mobilização popular, em muitos estados brasileiros as CEBs conseguiram lançar candidatos próprios, vinculando-se à ala mais combativa do MDB. Só no ano seguinte começaria a ser discutida a formação do PT, que exerceu enorme atração sobre essa base. E o partido, por sua vez, só conseguiu se implantar nacionalmente graças ao enraizamento popular que as CEBs forneceram. Dos Pampas de Sepé Tiaraju, ao Pará de Dorothy Stang; do Acre de Chico Mendes à Bahia do advogado Eugênio Lyra; da Paraíba de Margarida Maria Alves ao Tocantins do padre Josimo; de Rondônia do padre Ezequiel Ramim, ao Goiás de Nativo Natividade. Mártires que Jaime e Eduardo cuidariam de perpetuar ao batizar a paróquia que assumiriam no Jardim Ângela, de acordo com seu depoimento.

Em 1982, a sigla PT estrearia na disputa das urnas. Na Zona Sul de São Paulo, os participantes das CEBs tiveram forte engajamento na eleição para deputada federal de Irma Passoni, que já tinha sido Irmã Passoni. Cabe agregar ao seu depoimento deste livro que, sendo deputada estadual pelo MDB, ela demonstrou a coragem profética de abandonar o conforto de uma reeleição fácil no mesmo partido, para enfrentar o risco de construir um novo, sem estrutura, sem dinheiro e sem nenhum apoio da mídia.

Irma encabeçou uma “dobradinha de três”, na mesma chapa com Lula para governador, Jacó Bittar vice, Helio Bicudo senador. Enquanto Lula pouco passou dos 10% dos votos, o trio foi vitorioso com folga, tornando-se Paulo Diniz deputado estadual, e João Carlos Alves, da Pastoral Operária do Campo Limpo vereador na capital, o mais votado do PT em todo o Brasil para esse posto.

Devo a João Carlos a sorte de ter conhecido Bel e, por extensão, o seu marido Wagner, o “menino do sininho” presente na linda história de amor que ela narra com muita beleza em seu depoimento deste livro.

Como me liguei a João Carlos?

O prestígio colhido pelo êxito dos cursos de formação política em andamento resultou em novos convites para assessorar trabalhos de base. Cabia a mim, quase sempre, a tarefa de coordenar reuniões para análise da

conjuntura política. E tanto o padre Jaime, como outros responsáveis pela Pastoral Operária, abriram portas para que eu mergulhasse por muitos anos nessa experiência, angular em minha própria formação.

Nas reuniões da Pastoral Operária, João Carlos me impressionou bastante, nascendo imediatamente um vínculo de forte identidade e respeito mútuo, que durou até o dia terrível em que soubemos de sua morte, 5 de maio de 2020, já em plena pandemia, por um enfarte fulminante quando estava dirigindo seu carro ao lado da companheira Maria do Socorro, na cidade de Mauá, onde tinha sido secretário de Abastecimento.

João Carlos começou a projetar-se para além do Campo Limpo – nome de todo o setorial da Igreja que abarcava as comunidades do Embu naquele tempo – quando atuou como um dos líderes, em 1978, ao lado de Hélio Bombardi, da greve na empresa onde trabalhava, a Massey-Ferguson, gigantesca fábrica de tratores que chegou a somar 3.000 operários naquele bairro.

Passei a ajudá-lo, depois disso, nas reuniões para organizar diversos núcleos e pré-núcleos do PT em vários bairros da região. Estreou na Câmara Municipal de São Paulo no início de 1983, numa aguerrida bancada de apenas cinco vereadores (num total de 33): Luíza Erundina, Tereza Lajolo (esta tinha sido minha colega de Cruzada Eucarística Infantil em São Joaquim da Barra), Irede Cardoso e outro trabalhador metalúrgico, Claudio Barroso Gomes, da Ford Ipiranga.

A equipe de assessores montada por João Carlos chegou a despertar inveja entre seus companheiros da bancada petista. Somando membros profissionalizados e voluntários, reuniu pessoas como Ermínia Maricato e Fermino Fechio, que seriam depois secretários municipais de Habitação e da Administração; Aton Fon Filho, militante da resistência que permaneceu dez anos nos cárceres da ditadura, sendo hoje um reconhecido defensor de Direitos Humanos e advogado do MST; lideranças de base, combativas e respeitadas, como Dona Lurdes, Maria Felipe, Jucelino Silva Neto, Juquinha e vários outros. Merecendo registro especial Maria do Socorro, lá de Parelheiros, que mais tarde se tornaria companheira de João Carlos.

Bel e eu tivemos o privilégio de caber nessa equipe, ao lado de Amália, advogada defensora de Direitos Humanos, filha do juiz aposentado Antonio

Neves, mencionado no depoimento do padre Jaime. Amália era advogada e, na época, assessorava especialmente as mobilizações e demandas judiciais pelo direito à terra e moradia.

Numa das homenagens ocorridas para lembrar João Carlos, padre Jaime gravou em vídeo um depoimento sobre ele que descreve muito bem a envergadura do milagre de conscientização política que foi produzido pelas CEBs e pelas pastorais populares na Era Dom Paulo.

Jaime chegou a uma reunião rotineira, em 1977, onde estava presente João Carlos, já fervoroso militante católico, mas ainda despolitizado. O padre, chocado, contou ao grupo que tinha presenciado, horas antes, na região central de São Paulo, cenas de uma violenta repressão policial contra estudantes que se manifestavam em defesa da liberdade e anunciavam a reconstrução da UNE. João Carlos reagiu indignado: como pode um padre católico defender esses baderneiros que perturbam a ordem e atrapalham o crescimento do Brasil?!!!

Dentro de um ano, o próprio João Carlos se transformou num desses baderneiros, paralisando as máquinas e interrompendo a produção do lucro capitalista, para exigir direitos e respeito à dignidade humana da classe trabalhadora. Demorou pouco para que João Carlos apoiasse e estimulasse, em seu primeiro ano como vereador, um ousado acampamento de desempregados no Parque Ibirapuera, em frente à Assembleia Legislativa. Uma baderna muito corajosa. Ali comparecia e abraçava diariamente seu companheiro de CEBs e de Pastoral Operária, Paulo Giannini, tão bem evocado no emocionante texto de sua companheira Cida. Outra das histórias de amor que brotam, vivas, lindas e tão inspiradoras nos testemunhos deste livro.

Não se pense que a evolução política e o engajamento partidário ou eleitoral das CEBs – seja no Embu, seja em todo o Brasil – tenha se afunilado unicamente na vertente PT. Dotadas elas de pluralidade e de uma saudável diversidade de opiniões, as comunidades eclesiais também deram espaço para várias alternativas de alinhamento, especialmente a permanência no MDB/PMDB no início dos anos 80. Algumas vezes, isso resultava da proximidade de muitas lideranças com o PCdoB, que só alcançaria a sua legalização em 1985.

Os depoimentos de Nivaldo Orlandi, Paulo Oliveira, Geraldo Cruz e vários outros atestam essa pluralidade de alinhamentos partidários. Orlandi foi eleito

prefeito pelo PMDB, em 1982. Derrotou Paulo Oliveira, que tinha vindo de Queimadas, Bahia – ponto final da ferrovia que trouxe vagões de soldados para massacrar os cinco mil brasileiros pobres que seguiram Antonio Conselheiro em Canudos. Mas sua candidatura possibilitou a eleição a vereador de Geraldo Cruz, ambos com textos neste livro, primeiro passo para que se inaugurasse uma série de quatro mandatos sucessivos do PT.

Tanto entre membros das CEBs como nos partidos políticos, a vida costuma registrar viravoltas notáveis. Orlandi era aliado então do governador eleito, Franco Montoro, um moderado democrata-cristão com larga vivência parlamentar, bastante apoiado pela Igreja. O PT nasceu posicionado nitidamente mais à esquerda. Mais tarde, pessoas que foram do PT no Embu se deslocariam para partidos mais ao centro, enquanto Orlandi seria candidato a senador pelo Partido da Classe Operária/PCO, nitidamente mais à esquerda que o PT. Nessa condição, denunciou publicamente como fascista o juiz Sérgio Moro, quando nem todos os petistas faziam isso. Vida que segue.

Já pedindo desculpas pelo longo texto, quero manifestar minha imensa gratidão por tudo o que vi, vivi e aprendi nesse período junto às CEBs e às pastorais populares, ali no Embu e em outros territórios. Nos cinco anos em que desempenhei a honrosa tarefa de coordenar a área de Direitos Humanos no governo Lula, percebi o quanto foi fundamental para meu desempenho esse aprendizado junto ao povo.

Relatos deste livro abordam várias áreas de minha responsabilidade como ministro: crianças e adolescentes, direitos das pessoas com deficiência, envelhecimento saudável, violência policial, a vulnerabilidade imposta pela pobreza. Se me pergunto sobre as passagens mais tocantes deste livro, incluo sem vacilar um resumo terrível: “Dona Benedita não morreu do parto. Morreu de fome”. E a luta para combater a fome, erradicando a pobreza, foi o eixo mais central do vitorioso governo Lula em seus dois mandatos.

Alguns depoimentos, como o do próprio Wagner, introduzem indagações críticas muito necessárias. O que restou daquilo tudo? Por qual motivo um impulso tão forte, generoso e aparentemente irrefreável – que conseguiu botar o Brasil nos trilhos para se tornar um país de todos – resultou em todo o contexto atual de ódio, violência, e intolerância, que tem em Bolsonaro o líder instigador?

Este livro pode ser um primeiro e necessário passo. Resgatar a memória, lembrar como tudo começou, avaliar até quando o impulso cresceu e desde quando declinou. A experiência poderia muito bem ser repetida em outras comunidades da Zona Sul, em toda a grande São Paulo, nos outros estados.

Ao escrever, conforme conseguia lembrar de minha pequena contribuição na invejável caminhada do povo do Embu, fui me sentindo mais animado. Será que outros aqui não sentiram o mesmo? Alguns, que já não continuam participando tanto, não teriam experimentado alguma vontade de começar de novo, enquanto escreviam ou gravavam seus depoimentos?

Começar de novo jamais será retornar à estaca zero. Por quê? Porque os movimentos históricos são irreversíveis. Eu já sabia disso antes da cadeia. Mas é como se ainda ouvisse, hoje, a voz de Dom Marcelo Carvalheira – que também passou pelo Presídio Tiradentes e, depois, foi bispo de Guarabira e arcebispo da Paraíba –, num Tuca superlotado, pouco antes da Conferência do Celam em Puebla, 1979.

A CNBB estava reunida em Itaici, na região de Campinas, para sua assembleia anual, e as CEBs estavam alvoroçadas pelo risco de Puebla acontecer, dentro de poucos meses, como retrocesso em relação aos avanços de Medellín, em 1968. Nossa equipe do Cepis, todas as tardes, ia até lá para trazer Carvalheira, Casaldaliga, Tomás Balduino, muitos dos bispos alinhados com a luta popular, para vibrantes palestras noturnas no emblemático auditório da PUC. Quando alguém pediu a palavra e manifestou a angústia da plateia sobre o perigo de retrocesso, Dom Marcelo Carvalheira, com poderosa oratória, lançou em resposta a mesma frase: os movimentos históricos são irreversíveis. Foi como se repetisse a passagem do Evangelho em que Jesus dizia: “Por que temeis, homens de pouca fé?”

É verdade que o processo histórico inclui períodos de retrocesso e maré baixa. O Brasil de hoje é uma prova cabal disso, assim como foi a Alemanha de Hitler, a própria ditadura de 1964 ou os longos anos em que a Cúria Romana lançou do Vaticano uma caça às bruxas buscando dizimar a Teologia da Libertação.

Todos os avanços daquele período de crescimento popular permanecem vivos. Não apenas em nossa memória, mas também nas mudanças políticas que logramos rumo à igualdade. Dificilmente as cidades brasileiras terão prefeitos

governando de costas para o povo durante mais de um mandato. Algum tipo de Bolsa Família sobreviverá, até mesmo em governos de extrema direita como o atual. A energia das comunidades cristãs engajadas na luta junto aos mais pobres será sempre inesgotável.

No cristianismo, a morte vem para que a vida possa renascer de alguma forma. O mistério da ressurreição também está presente na planta que morre para virar semente e renascer. Voltará, com a mais absoluta certeza, um ciclo de avanços. A retomada já partirá de um patamar superior. Será liderada pelas mesmas pessoas – ou por seus filhos e netos – que nas últimas décadas conseguiram mudar esta Cidade dos Homens. Que souberam fazer da fé cristã uma força imbatível para exigir direitos. Assumiram uma consciência política libertadora, geraram movimentos sociais, revitalizaram a cultura, aprenderam a disputar eleições, venceram e governaram.

Voltaremos a vencer. Talvez a perder de novo, mais tarde. Triunfar mais uma vez em seguida. Sempre que cair, saber colher lições no chão da derrota. Levantar a poeira e dar a volta por cima, como diz o samba de Paulo Vanzolini. Cabe a nós observar e domar esses ciclos, que se repetirão eternamente, como as marés, as quatro estações, o tempo de plantar e o tempo de colher. Tudo precisa apontar, a longo prazo, uma rota de subida. De corações ao alto. Espalhando pelo planeta os ideais de justiça e tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade, mais carinho e generosidade na relação entre os seres humanos.

Algumas das lições colhidas já me parecem evidentes. Por exemplo: o novo ciclo de vitórias precisa colocar as mulheres em superiores posições de comando; o racismo tem de ser visto como desafio central para que exista uma democracia de verdade no Brasil; cabe priorizar os dilemas e barreiras relacionados com as juventudes; a produção cultural deve ser encarada como direito universal e como ação educativa libertadora.

Depoimentos deste livro lembram a importância, em muitas histórias, da música de protesto de Bob Dylan, o teatro de Plínio Marcos e Ariano Suassuna, a canção *There is no more corn on the Brasos*, que Wagner e Bel ouviam na quermesse, ainda crianças, e eu também escutava, de noite, pelo alto-falante do Carandiru, sem imaginar que nossas vidas se cruzariam mais tarde.

Sobre as mulheres, é verdade que os católicos ainda não conseguiram dar o passo decisivo de assegurar à mulher todos os direitos canônicos, em

plena igualdade com os homens: exercerem todos os sacramentos, serem ordenadas, consagradas bispas, um dia termos uma delas sentada no Trono de Pedro. Não é proibido sonhar.

A centralidade de um homem neste livro é óbvia. Aliás, três homens: Dom Paulo e os dois padres inseparáveis: Jaime e Eduardo McGettrick. Tudo o que se fala sobre Jaime nos depoimentos é também reconhecimento do papel de Eduardo, que chegou alguns anos depois, vindo da mesma Irlanda onde os católicos enfrentaram por séculos a opressão do trono anglicano em Londres, com jornadas de sangue em pelo menos dois “domingos sangrentos”, 1920 e 1972.

Volto às gigantescas pedras que mencionei no início de meu depoimento. Proponho, a quem puder, uma rápida busca pela internet. Tecele no Google, por exemplo, pedindo Fotos Stonehenge. Depois de conhecer – ou rever – a beleza e o mistério intrigante dos rochedos erguidos na horizontal, numa era sem guindastes, ficamos pensando se Jaime e Eduardo não estariam ali representados, naquelas rochas que parecem dois irmãos abraçados.

Mas as mulheres são uma referência fortíssima em cada página a ser lida. As vereadoras, a deputada federal, Dona Maria na capa do jornal O São Paulo, de braços abertos, empunhando como protesto a panela vazia, e agora dando seu nome para batizar uma UBS na cidade. Religiosas imprescindíveis como foram Anette, perseverante no seu trabalho com bordados em cooperativas, pertencente à mesma congregação da Madre Cristina. A samaritana Irmã Filis, outro presente generoso da Irlanda para nosso país. Religiosas ou ex-religiosas como Marina, Bernadete, a própria Dalila, autora de dois textos imperdíveis. Fiz uma contagem e as mulheres formam maioria entre os depoimentos. Palmas para quem organizou o livro. Em geral, elas são condenadas a ser minoria nesse tipo de publicação.

Encerro lembrando que a crença profundamente cristã na ressurreição pode nos acalentar diante da decisão – sumamente merecida e muito justa – de Jaime e Eduardo retornarem ao seu berço natal para estar com suas primeiras famílias, depois de meio século plantando com muita fertilidade em solo brasileiro.

Ergo um brinde, muito alegre, a esses dois pastores como despedida. Ao brindar, sinto na boca o gosto da melhor caipirinha que já pude experimentar em

minha vida. Nas reuniões da Paróquia Santos Mártires, Jardim Ângela, quando eu era chamado para uma reunião sobre conjuntura política, pouco antes do encerramento às 21 horas, Jaime saía de mansinho e voltava com um copão imenso, que corria a roda como se fosse chimarrão, resplandecendo a limão e gelo.

Diz uma linda música brasileira: “Só quem partiu pode voltar....”

**Paulo Vannuchi,**  
*jornalista e cientista político,*  
*foi ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos entre 2006 e 2010 e*  
*membro da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos entre 2014 e 2017*  
*É um dos fundadores da Comissão Arns*